

Coerência e coesão nos textos argumentativos dos alunos do ensino médio

Roberto Cláudio Bento da SILVA (URCA)
robertoclaudiobento@gmail.com

SILVA, Roberto Cláudio Bento da. Coerência e coesão nos textos argumentativos dos alunos do ensino médio. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 56-82, jan./jun. 2017.

Resumo: Este trabalho analisa as produções escritas dos concluintes do Ensino Médio relativas aos fatores de textualidade, coerência e coesão. Foram analisados dez textos argumentativos de alunos de uma escola pública, localizada em Araripe – CE que foram produzidos por ocasião da participação deles no vestibular simulado que a escola promoveu no final de ano de 2012. Para tanto, fundamentamo-nos em Costa Val, Koch, Fávero e Travaglia, dentre outros. Verificamos os usos que os alunos fizeram dos fatores de textualidade através da análise das condições de continuidade, progressão, não contradição e articulação no nível da coerência e da coesão; e sua importância para o estabelecimento do sentido pretendido pelo produtor e para a recuperação deste pelo leitor. Observamos que, no nível da coerência, 60% dos textos ferem a condição de continuidade; 90% ferem a progressão e não contradição, e todos ferem a condição de articulação. O mesmo acontece no nível da coesão.

Palavras-chave: Textualidade. Ensino. Aprendizagem.

Abstract: This paper analyzes the written productions of high school graduates concerning textuality factors, coherence and cohesion. We analyzed ten argumentative texts students of a public School, located in Araripe - Ce, which were produced on the occasion of their participation in the simulated college entrance examination that the school promoted at the end of 2012. Therefore, We base ourselves in Costa Val. , Ingedore Koch, Favero and Travaglia, among others. We note the uses to which the students made of textuality factors by analyzing the continuity conditions, progression, not contradiction and coordination at the level of coherence and cohesion; and its importance to the establishment of the wishes of the producer and the recovery of the player. We observed that the consistency level, 60% of texts injure the condition of continuity; 90% wound progression and non-contradiction, and all hurt the condition of joint. The same is true at the level of cohesion.

Keywords: Textuality. Teaching. Learning.

Introdução

Produzir textos com proficiência é uma das mais contundentes provas de um bom desempenho linguístico por parte dos alunos. No entanto, essa atividade tem sido um gargalo para os estudantes na tentativa de construir uma manifestação linguística coesa e coerente e que atenda aos objetivos pretendidos.

Sabe-se que tais alunos possuem uma quantidade de informações razoável sobre os mais variados assuntos. Mas eles não conseguem hierarquizar essas informações, estabelecer as correlações entre elas de forma coerente dentro do texto, utilizando os recursos argumentativos e articulando as ideias adequadamente, fazendo o texto progredir em torno da temática discutida.

São também causas das dificuldades dos alunos nessa atividade o desconhecimento por parte deles de quais elementos atribuem textualidade a uma manifestação linguística; a não consideração dos elementos da interlocução no ato de produção; o desconhecimento das etapas de produção de texto e quais elementos deverão constar nos textos para que sejam definidos como bem formados ou não e, conseqüentemente, cumprir com o propósito comunicativo pretendido.

Este trabalho aborda questões relacionadas à produção de texto por alunos concluintes do Ensino Médio de uma escola pública do interior do Ceará e tem como objetivo geral contribuir para uma reflexão por parte de alunos e professores acerca do processo de produção de textos, visando ampliar a capacidade dos estudantes nesse tipo de atividade. Como objetivos específicos, pretendemos analisar a presença dos fatores de textualidade nas redações dos alunos; analisar os recursos linguísticos utilizados por eles, nos textos, a fim de tornar as produções

coerentes e coesas; apontar as infrações textuais cometidas por eles nas atividades de escrita, analisar a qualidade das produções dos alunos no que se refere à coerência e à coesão e sugerir que os alunos sigam as etapas de produção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A linguística textual

A linguística textual é um ramo da linguística que toma como objeto de estudo o texto e os elementos que o caracterizam como tal. Segundo Koch (1994, p. 11), “esse ramo da linguística começou a se desenvolver nos anos 1960, na Europa, com maior intensidade na Alemanha”. Ainda segundo essa autora “a origem do termo linguística textual pode ser encontrada em Coseriu (1955), embora no sentido que lhe é atualmente atribuído, tenha sido empregado pela primeira vez por Weinrich, em 1966, 1967” (Koch, *idem*. *Ibidem*).

No Brasil, os primeiros trabalhos dedicados ao estudo linguístico do texto começaram a surgir no final da década de 1970. Na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo), têm início os primeiros trabalhos sobre discurso e sobre semântica argumentativa, “muitos deles publicados sob a forma de livros (Vogt, 1977; Osakabe, 1979), ou de artigos em revistas especializadas”¹. Desempenharam papel também importante para o desenvolvimento inicial da Linguística Textual no Brasil os trabalhos de Pontes (1987) sobre as estruturas de tópicos no Português brasileiro que foram posteriormente coletados nas obras “Sujeito: da sintaxe ao discurso” (São Paulo, Ed. Ática, 1986) e “O tópico no português do Brasil” (Campinas, Ed. Pontes, 1987).

No entanto, somente na década de 1980 é que começam a se multiplicar os estudos dentro da linguística textual. No ano de 1981, Ignácio Antonio Neis publica, através da Revista Letras de Hoje, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, um artigo intitulado “Por uma gramática textual”. A partir daí, e inspirados em autores franceses, surgem os dois livros nessa área, no ano de 1983: “linguística textual: introdução”, (Fávero & Koch), e linguística do texto: o que é e como se faz (Luiz Antonio Marcuschi). Daí em diante, muitas revistas começaram a publicar artigos e outros tipos

¹ <http://www.scielo.br/scielo>.

de produções abordando esse tema: Letras de Hoje, 18; Cadernos PUC, 22; linguística textual / texto e leitura. Paralelamente, nos anais de congressos e seminários, começam a proliferar trabalhos desenvolvidos nessa área. O mesmo acontece nos cursos de extensão, especialização e aperfeiçoamento, teses de mestrado e de doutorado que são ministrados em diversos pontos do país.

Em 1984, por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foi realizada, pela primeira vez, uma mesa redonda sobre linguística textual com o tema: “Coerência e coesão na teoria do texto”. Fizeram parte desse evento Marcuschi, Koch e Neis. Daí em diante, em todos os congressos e eventos científicos, a linguística textual passou a ocupar seu lugar.

Os estudiosos da Linguística Textual continuaram pesquisando, ampliando, aprofundando e divulgando conhecimentos acerca desse ramo da ciência. No entanto, tais conhecimentos difundidos por esses autores não têm chegado às práticas escolares dos professores e alunos de todas as escolas do nosso país, especialmente nas de nosso município, Araripe.

Na produção de textos dissertativo-argumentativos, segundo os descritores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o aluno deve

Relacionar adequadamente a seleção de ordenação dos argumentos com a tese, e empregar os mecanismos e coesão referencial (retomada pronominal, repetição, substituição, elipse); mecanismos de articulação frasal (encaixamento, subordinação, coordenação); emprego apropriado de tempos e modos verbais; recursos próprios do padrão escrito (paragrafação, periodização, pontuação); ortografia oficial e regras de concordância verbal e nominal etc. (BRASIL, 1999)²

Não obstante, percebe-se na redação desse tipo de texto que os alunos cometem muitas infrações tanto no emprego dos recursos coesivos (coesão) quanto no nível da estrutura profunda (coerência), de forma que suas produções escritas enquadram-se num nível que está muito aquém do previsto para estudantes concluintes do Ensino Médio, conforme mostram dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), edição de 2012, segundos os quais os alunos da escola objeto desta pesquisa obtiveram a média de 420,6 na edição de 2007, uma média baixa, considerando-se que a pontuação vai de 0 a 1000.

Preocupados com a quantidade e gravidade das infrações

² <http://www.inep.gov.br>

textuais cometidas por esses alunos nas produções escritas, propomos a realizar este trabalho de estudo dos fatores de textualidade – a coerência e seus fatores: conhecimento linguístico, conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, inferências, situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, focalização, intertextualidade e relevância, através da análise da continuidade, da progressão, da não contradição e da articulação – condições responsáveis pela coerência do texto – e a coesão e seus mecanismos: referenciação, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical – e analisar como esses fatores têm sido empregados pelos discentes nas suas manifestações de língua escrita. Antes, veremos as definições de texto e textualidade, a seguir.

Texto: concepções e definições

Podemos definir como texto uma sequência oral ou escrita emitida por um falante e direcionada a um ouvinte, num determinado contexto social e que satisfaz a uma situação específica de comunicação (KOCH, 1994. p. 19). A textualidade, por sua vez, diz respeito à organização dos elementos linguísticos, tanto na estrutura superficial (coesão) quanto na estrutura profunda (coerência), de forma a deixar clara a mensagem que se pretende transmitir ao ouvinte.

Para Costa Val (1994, p. 3), o que as pessoas têm para dizer umas às outras não são frases isoladas, mas textos. E estes podem ser definidos como “ocorrências linguísticas, faladas ou escritas, de qualquer extensão, dotadas de unidade sociocomunicativa, semântica e formal (iden. Ibidem).

Para Lauria (in PCN+ 2002, p. 58), “os textos são a caracterização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas”. Essas produções, muito mais que um conjunto de frases ou orações, são a manifestação de uma cultura, pois estão impregnadas de visões de mundo, de formas de encarar a realidade, de valores socioculturais etc. que norteiam o ato de produção e estão subjacentes à configuração do texto. Ao produzir uma manifestação linguística, o autor mostra de forma clara o seu universo cultural: o que pensa, como pensa, como expressa a sua cultura, o tipo de diálogo que estabelece com seus interlocutores, a visão que tem sobre eles, e os seus desejos e objetivos pretendidos com o texto.

Koch & Travaglia (1997) dizem que o texto é uma unidade

linguística concreta manifesta escrita ou oralmente que é tomada pelos usuários da língua em uma situação específica de comunicação, como um todo significativo, e que preenche uma necessidade que é a comunicação imediata, sem levar em conta a sua extensão. Costa Val (1994, p. 4) afirma que na produção do texto tem papel determinante uma série de fatores que vão nortear a configuração do sentido pretendido, ao mesmo tempo em que orientarão o leitor na recuperação desse sentido. Tais elementos são “as intenções do produtor, o jogo de imagens mentais que os interlocutores fazem de si, do outro com relação a si mesmo e o tema do discurso.” (Op. cit, p. 4).

Para Antunes (2010, p. 29) “texto é tudo que falamos ou escrevemos em situações de comunicação.”

O texto deve constituir uma unidade semântica de modo que o receptor possa percebê-lo como tal. O conceito de texto abordado até agora se volta para a situação concreta de comunicação, deixando de lado aquela prática escolar na qual é solicitada uma produção do aluno sem que sejam explorados os elementos que norteiam a produção: os elementos da comunicação, as funções da linguagem e os fatores de textualidade.

Portanto, o texto bem formado deve promover uma interação entre produtor e leitor, visando atender às expectativas do receptor no processo de leitura. Nesse sentido, Costa Val (op. cit. P. 5) diz que um texto será bem compreendido e conseqüentemente bem formado quando contempla satisfatoriamente três aspectos: a) o pragmático, que tem a ver com o seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa; b) o semântico-conceitual, que depende de sua coerência; c) o formal, que diz respeito à tessitura que o texto apresenta no plano de expressão, isto é, à sua coesão. Isso será visto a seguir, nos fatores de textualidade.

Fatores de textualidade

Para Antunes (Op. cit. p. 29), a textualidade pode ser entendida como “a característica estrutural das atividades sociocomunicativas executadas entre os parceiros da comunicação.”

Os fatores de textualidade são os elementos responsáveis por fazerem com que um texto seja um todo dotado de unidade semântica, cognitiva e formal. São esses elementos que atribuem sentido aos enunciados presentes na manifestação escrita, estabelecem sequência

e progressão das ideias apresentadas no texto e contribuem para que a mensagem pretendida pelo autor seja aquela percebida pelo receptor. Tais fatores são a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a coerência e a coesão.

Posição interessante assume Antunes (2010. p. 34) ao propor uma reordenação desses sete fatores de textualidade e defender que seja dada maior importância às propriedades que estão mais diretamente relacionadas à construção do texto, que são coesão, coerência, informatividade e intertextualidade. A intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade se referem ao caráter pragmático funcional do texto.

A coerência e a coesão são os fatores que serão analisados dentro das produções escritas dos alunos, no que se refere às condições de continuidade, progressão, não contradição e articulação.

Coerência

Para Koch & Travaglia (1997, p. 11), nenhum dos conceitos encontrados na literatura é capaz de conter em si todos os aspectos considerados como definidores da coerência.

A coerência, para esses autores, refere-se ao todo do texto, uma vez que este constitui uma unidade de comunicação e não a frases isoladas e/ou retiradas de dentro do texto. Portanto, sendo o texto considerado na sua totalidade, a coerência é algo que se estabelece no ato comunicativo, considerando-se o contexto em que se dá a interação verbal: os interlocutores, o conteúdo da mensagem, a relação com outros textos, as intenções etc. A coerência é necessária para que o texto possa ser percebido como um todo dotado de sentido por seu leitor/ouvinte e engloba todos os elementos que, de alguma forma, influenciam na construção dos sentidos do texto – elementos da interlocução.

A coerência se refere basicamente a um princípio de interpretabilidade e compreensão do texto, vez que uma mesma manifestação linguística pode ser vista como incoerente por determinado usuário da língua, ao passo que para outro pode não o ser, porque, no ato de recepção do texto, o conhecimento de mundo do leitor exerce papel determinante na recuperação dos sentidos pretendidos pelo autor.

A coerência é global, uma vez que só se aplica ao todo do texto e não às suas partes separadamente. Isso acontece porque as frases que constituem o texto como um todo possuem uma carga semântica dupla e são duplamente modificadas pelas relações que estabelecem dentro

do texto. Explicando melhor, uma palavra ou frase possui uma carga semântica natural. Ao serem usadas em um texto e condicionadas por determinado contexto, essa palavra ou frase pode ter – e geralmente tem – o seu sentido alterado em virtude do tipo de relação que mantém com as outras partes do texto. Ela tanto pode ter o sentido modificado como também pode contribuir para modificar o sentido de outras palavras e/ou frases. Isso diz respeito aos atos locutório e ilocutório da manifestação linguística.

Para conhecer melhor como se estabelece a coerência, veremos a seguir os fatores responsáveis pelo seu estabelecimento.

Fatores de coerência

Charolles apud Koch & Travaglia (1997, p. 49) diz que a coerência depende, em alto grau, do leitor, que, ao ler o texto, busca construir o seu sentido usando os conhecimentos de mundo que possui.

Esses autores estabelecem, dessa forma, onze fatores que são responsáveis pelo estabelecimento da coerência, que são os seguintes:

a) Conhecimento linguístico – conhecimento das estruturas linguísticas que irão permitir ao leitor a recuperação do sentido previsto pelo produtor.

b) Conhecimento de mundo – repertório cultural que o leitor tem depositado em sua mente e é utilizado por ele no ato da leitura para reconstruir o sentido pretendido pelo autor do texto, percebendo as intenções deste e dando a devida validade ao texto.

c) Conhecimento partilhado – conhecimentos comuns existentes entre produtor e leitor e que exercem grande influência no ato da produção linguística.

d) Inferências – “descobertas” que o leitor faz daquilo que não está explícito no texto. Essas descobertas são motivadas pelo que está explícito e é com base nestas informações que o leitor irá produzir as suas inferências.

Fatores pragmáticos – os fatores pragmáticos contribuem em muito para o estabelecimento do sentido do texto, uma vez que a compreensão depende em grande parte desses fatores, que, de acordo com Koch & Travaglia (1997, p. 74), são “os tipos de atos de fala, contexto de situação, interação e interlocução, força ilocucionária, interação comunicativa, características e crenças do produtor e do receptor do texto etc.”.

a) Situacionalidade – a situacionalidade diz respeito aos elementos considerados pelo texto no ato concreto de interação verbal. Cada elemento vai interagir, dando a sua parcela de contribuição para formar um “todo” que retrate a situação em que o ato comunicativo se dará. Para Bastos (1985, apud Koch, 1997 p. 76), a coerência se estabelece pelo nível de inserção do texto numa situação de comunicação, isto é, um texto representativo do Barroco brasileiro, para se estabelecer a sua coerência, deve-se situá-lo dentro do contexto daquela escola literária sob pena de não se conseguir recuperar a coerência dos enunciados.

b) Intencionalidade e aceitabilidade – em um ato comunicativo estão presentes os dois extremos (emissor e receptor) que são os sujeitos da interação verbal e centrados nesses dois elementos estão, de um lado, a intencionalidade, que define o objetivo do emissor em produzir um texto que atenda às suas necessidades comunicativas, e, do outro, a aceitabilidade, que define a expectativa do leitor em receber uma manifestação linguística que atenda às suas expectativas.

c) Informatividade – Beaugrande & Dressler (apud Koch & Travaglia, 1997, p. 80) afirmam que a questão da informatividade está diretamente relacionada com o nível de previsibilidade da informação presente no texto. Este não deve conter somente informações previsíveis, sob pena de se tornar enfadonho e sem importância para o leitor, que não encontra razão para lê-lo. Por outro lado, se contiver informações cem por cento novas, o texto se torna difícil demais para o leitor, que não consegue calcular seu sentido. O ideal é que o produtor articule ideias já conhecidas com ideias novas de forma que o leitor utilize a informação dada para calcular o sentido das informações novas e assim estabeleça a coerência do texto.

d) Focalização – Para Koch & Travaglia (1997, p. 82), “a focalização tem relação direta com o conhecimento de mundo e com o conhecimento partilhado”. A focalização é o elemento central da construção linguística. Quando falamos de um assunto qualquer, enveredamos por determinadas vertentes, enfatizando determinados aspectos que constituem o referente. A focalização se refere os aspectos que são enfatizados por uma interação linguística dentro de um determinado contexto, de modo que, quando há identidade entre a focalização dada pelo autor e a percebida pelo receptor, o texto se torna mais compreensível.

e) Intertextualidade Para Beaugrande & Dressler (apud Koch & Travaglia, ibiiden), a intertextualidade compreende as diversas maneiras

como a compreensão de determinado texto depende do conhecimento de outros textos anteriormente veiculados sobre o assunto. É a relação que um determinado texto mantém com outros textos já produzidos anteriormente.

f) Relevância – a relevância se refere ao fato de todos os enunciados de um texto estarem relacionados ao assunto que se pretende expor, narrar, defender, mostrar, etc., de modo que cada um desses enunciados dê a sua contribuição para o estabelecimento da coerência e para o trabalho do receptor no cálculo do sentido pretendido pelo produtor.

Esses fatores são os responsáveis pelo estabelecimento da coerência no texto. No entanto, outro aspecto determinante para sua construção se refere à coesão, vista a seguir.

Coesão textual

A coesão diz respeito à forma como os elementos sintáticos e gramaticais estão colocados no texto. Para Koch & Travaglia (1997, p. 13), “a coesão é explicitamente revelada através das marcas linguísticas, índices formais na estrutura das sequências linguística e superficial e que se manifesta na sequência linear do texto.”

Para Halliday & Hasan (apud Koch & Travaglia idem, p. 15) “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recorrência ao outro”.

A coesão é a relação entre um elemento do texto com algum outro elemento necessário para sua correta interpretação. Cada ocorrência dessa relação denomina-se “elo coesivo”. É importante ressaltar que a presença de elos coesivos não é necessária nem suficiente para o estabelecimento da coerência, isto é, podemos ter textos coerentes com ou sem coesão bem como textos coesos mas sem coerência.

Vejamos a seguir os mecanismos responsáveis pelo estabelecimento da coesão.

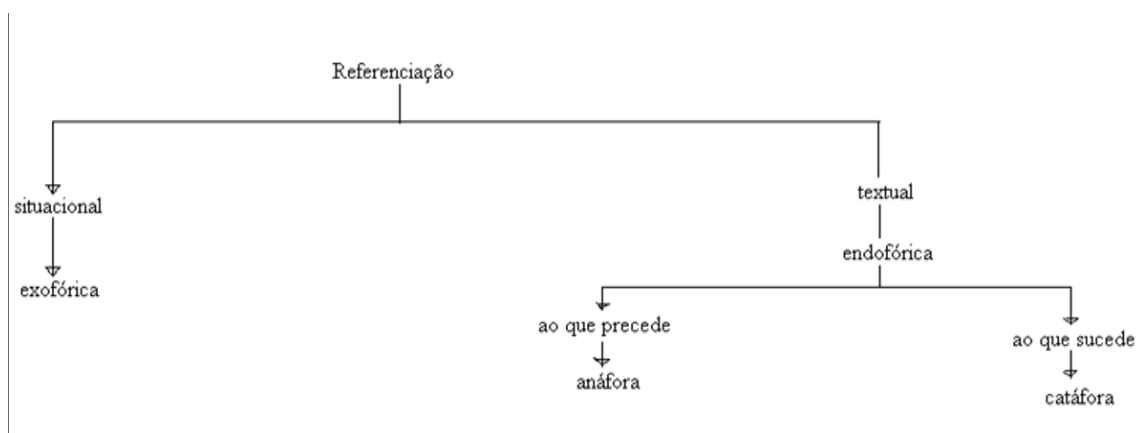
Mecanismos de coesão

Para Halliday & Hasan apud Koch (1994, p. 19-20) há cinco mecanismos de coesão:

- a) referência (pessoal, demonstrativa, comparativa).
- b) Substituição (nominal, verbal, frasal).

- c) Elipse (nominal, verbal, frasal).
- d) Conjunção (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa).
- e) Coesão lexical (repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos, colocação).

Para Koch, os elementos de referenciação são os itens da língua que remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação. Ao primeiro, chamamos pressuponente, e aos últimos, pressupostos. Essa remissão pode ser feita a elementos de dentro do texto (coesão endofórica), ou a elementos de fora do texto (coesão exofórica). A autora sugere o quadro abaixo com o objetivo de visualizar melhor o processo de referenciação que ocorre no texto.



Fonte: Koch (1994)

Conforme a autora, o processo de referenciação pode ser:

- a) pessoal – feita por meio de pronomes pessoais e possessivos;
- b) demonstrativa – quando ocorre por meio de pronomes demonstrativos ou advérbios de lugar;
- c) comparativa – quando feita por via indireta, ou por meio de identidades e similaridades.

A substituição se dá quando um elemento é colocado em lugar de outro no texto.

Para Koch (1994. p. 21) a diferença entre referência e substituição se dá da seguinte forma: na referência, há total identidade entre o pressuponente e o pressuposto, ao passo que, na substituição, há uma espécie de redefinição do pressuponente.

A elipse constitui em uma substituição por zero em que o elemento omitido é facilmente recuperável pelo contexto.

A conjunção refere-se às ligações feitas entre os enunciados através dos elementos de ligação: conjunções, preposições etc.

A coesão lexical se dá através da reiteração e da colocação. A reiteração refere-se à repetição do mesmo item lexical por meio de sinônimos, hiperônimos e nomes genéricos. A colocação ou contiguidade diz respeito ao uso de termos pertencentes ao mesmo campo lexical.

Na sessão seguinte, veremos como proceder à avaliação da textualidade nas produções escritas dos alunos.

COMO AVALIAR A TEXTUALIDADE

Diante da tarefa que nos propomos realizar, surgiu uma questão que certamente norteará a realização da investigação acerca dos fatores de textualidade nos textos argumentativos dos alunos da terceira série do Ensino Médio da escola referida: como avaliar a textualidade? Buscamos em Costa Val (1994) uma metodologia de análise de textos para nos orientar nessa seara.

Assim como a autora referida, não pretendemos construir aqui uma receita para ser usada na avaliação de textos escolares dos alunos do ensino médio, mas, antes, proporcionar uma discussão das características que apresentam tais textos, de seus possíveis problemas, e sugerir formas de trabalho em sala de aula com as atividades de produção textual objetivando uma melhoria no desempenho dos alunos no que diz respeito à produção escrita.

Para Antunes (2010),

Analisar textos é procurar descobrir, entre outros pontos, seu esquema de composição; sua orientação temática, seu propósito comunicativo; as funções pretendidas para cada uma delas, as relações que guardam entre si e com elementos da situação, os efeitos de sentido decorrentes de escolhas lexicais e de recursos sintáticos. É procurar descobrir o conjunto de suas regularidades, daquilo que costuma ocorrer na sua produção e circulação, apesar da imensa diversidade de gêneros, propósitos, formatos, suportes em que eles podem ocorrer. (ANTUNES, 2010, p. 49).

Concordamos, com a autora, que é fundamental se buscar esses elementos no texto, porém sem perder a noção do global que deve constituir o ponto de partida e de chegada de uma manifestação linguística, pois só a partir dessa visão será possível a análise da coerência do texto.

Adotamos, portanto, a posição defendida por Costa Val no que se

refere à análise de alguns critérios de textualidade não de forma isolada, ou seja, em cada texto separadamente, uma vez que não tivemos acesso a cada produtor individualmente. Esses fatores aplicados ao conjunto das redações foram a intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade.

No que se refere à informatividade, tendo em vista que é um fator textual muito subjetivo, Costa Val sugere que se busque a suficiência de dados para a análise desse fator nos textos escolares.

Para a análise da coerência e da coesão, a autora, com base nas colocações do linguista francês Charolles, sugere que se considere como coeso e coerente o texto que atende a quatro requisitos de textualidade, quais sejam: a continuidade, a progressão, a nãocontradição e a articulação.

A continuidade, para Costa Val,

Diz respeito à retomada de elementos durante o discurso. No que se refere à coerência, esse requisito se manifesta pela retomada de conceitos e ideias; no âmbito da coesão, através do uso de recursos linguísticos específicos tais como a repetição de palavras, o uso de artigos definidos ou pronomes demonstrativos para determinar entidades já mencionadas, o uso de pronomes anafóricos e de outros termos vicários (como os pró-verbos SER e FAZER e os pró-advérbios, lá, ali, então etc.), a elipse de termos facilmente recobráveis entre outros mecanismos. (COSTA VAL, 1994, p. 21).

No uso desses recursos linguísticos há regras específicas, como a concordância em gênero e número entre os pressupostos e os pressupostos e expectativa de que só se recobram por pronomes os elementos expressos na superfície textual.

Para a autora, “avaliar a continuidade de um texto é verificar no plano conceitual se há elementos que percorrem todo o seu desenvolvimento, conferindo-lhe unidade; e, no plano linguístico, se esses elementos são retomados convenientemente pelos recursos adequados” (Ibidem, 1994, p. 21).

Esse fator faz parte da coerência do texto, de modo que a sua realização se dá através de elementos da superfície textual, isto é, da coesão.

A progressão, segundo Costa Val, refere-se à

Retomada dos elementos conceituais e formais, acrescentando-lhes novas informações acerca dos elementos retomados para que haja progressão no texto. Esses acréscimos se manifestam no plano da coerência pelo acréscimo das novas ideias às que já vinham sendo tratadas e, no plano da coesão, através de mecanismos linguísticos especiais que se manifestam através

de tópico – informação dada – e comentário – informação nova acerca dos elementos retomados. (1994, p. 23).

A não contradição diz respeito à ausência de ideias que se excluem se usadas de forma a prejudicar a progressão das ideias do texto e deve ocorrer interna e externamente a este. Costa Val (1994, p. 25) sugere outro tipo de contradição que não foi considerado por Charolles – a não-contradição léxico-semântica, que se refere ao uso indevido do vocabulário para expressar as ideias pretendidas pelo produtor; isto é, por desconhecer o significado de algumas palavras, o produtor acaba por transmitir uma ideia avessa àquela pretendida por ele. Daí a importância de o aluno trabalhar com o vocabulário que conhece, bem como de, no processo em sala de aula, recorrer ao dicionário para orientá-lo na construção da semântica do texto.

A articulação diz respeito “à maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros e que valores assumem uns em relação aos outros”. (COSTA VAL, 1994. p. 27)

Para a autora,

Avaliar a coerência de um texto denotativo, escrito e formal será verificar se no plano lógico-semântico-cognitivo, ele tem continuidade e progressão, não se contradiz nem contradiz o mundo a que se refere e apresenta os fatos e conceitos a que alude relacionados de acordo com as relações geralmente reconhecidas entre eles no mundo referido no texto. E avaliar a coesão será verificar se os mecanismos linguísticos utilizados no texto servem à manifestação da continuidade, da progressão, da não contradição e da articulação (COSTA VAL, 1994. P. 29).

Na análise do corpus, consideramos como infração textual, conforme a autora citada acima, as ocorrências textuais que acarretaram embaraço na leitura. Essas passagens podem ocorrer pela relação e articulação entre as ideias presentes no texto e também pelo uso inadequado de termos linguísticos para expressar as ideias pretendidas pelo autor.

A informatividade diz respeito à capacidade do produtor de ser imprevisível em suas colocações dentro do texto, bem como ao fato de que este deve conter todos os elementos necessários à sua compreensão, o que a autora chama de suficiência de dados.

Costa Val (1994, p. 34), no que se refere ao caráter subjetivo da avaliação dos textos escritos, alerta para o fato de que a textualidade de uma produção linguística depende, em grande parte, do recebedor (seus

conhecimentos prévios, sua capacidade de pressuposição e inferência, sua adesão ao discurso) bem como do contexto, tendo este último a capacidade de atribuir características textuais a uma manifestação linguística aparentemente incoerente. Portanto, ao analisar textos, a autora sugere que nos balizemos pelos critérios de textualidade definidos anteriormente, mas que a nossa capacidade de compreensão leitora, de interpretação e inferenciação irá nortear o tipo de análise que faremos do corpus.

Veremos a seguir a situação em que se dá a produção de textos pelos alunos.

O CONTEXTO DE PRODUÇÃO E A METODOLOGIA DE ANÁLISE

Os textos que foram analisados se referem à produção de alunos da 3ª série do Ensino Médio de uma escola pública do interior do Ceará. O cotidiano vivenciado por eles tem lhes trazido algumas dificuldades no cumprimento dos afazeres escolares: trabalhos e exercícios não feitos, atividades incompletas, texto não produzido ou produzido sem nenhum cuidado etc.

Essa situação requer do professor, especialmente do de Língua Portuguesa, que promova situações dinâmicas e interessantes de ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere às atividades de produção de textos, e que essas atividades aconteçam de forma que realmente contribuam para a ampliação das capacidades de comunicação dos alunos para que eles se sintam atraídos pelos trabalhos realizados em sala de aula e vejam nessas atividades um significado para suas vidas.

É necessário que o professor desenvolva, nesses momentos de interação com os alunos, atividades de produção de texto com finalidades claras, evitando-se o que Geraldi (1985) chamou de escolarização da produção escrita, em que o grande interlocutor do texto do aluno é o professor. Ou seja, antes de construir uma manifestação linguística com determinada finalidade, o aluno constrói um texto para ser lido somente pelo professor e com a finalidade de obter uma nota. Atividades com esse viés não têm contribuído para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos.

Em relação à situação em que se dá a produção do aluno no vestibular simulado, consideramos na análise dos textos o fato de que o aprendiz, apesar de colocado em uma situação na qual possa levar em

conta todos os elementos da interlocução, sabe que estará produzindo um texto para o professor ler. Isso interfere na configuração do texto produzido pelo aluno, que vai procurar apresentar uma performance que atenda às expectativas do professor avaliador. Nessa situação, como afirma Costa Val (1994. p. 50) “a intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade vão se configurar para exigir a auto-superação do candidato com vistas à produção de um texto o mais próximo possível do padrão considerado desejável”. E, concordando com Geraldi (1985), é fundamental que o professor contribua para que o aluno construa uma manifestação linguística com uma finalidade clara, evitando a produção do texto com a única finalidade de ser lida pelo professor.

Na análise dos textos, abordamos coerência e coesão. No que se refere à coerência, analisamos a continuidade, a progressão, a não contradição interna, a não contradição externa e a articulação. Em relação à coesão, analisamos se o uso dos mecanismos presentes na superfície textual garante ao texto continuidade, progressão, não contradição e articulação.

Procedemos à análise das condições de coerência, e logo a seguir falamos da coesão, sem separar completamente esses dois planos, pois sabemos que, na produção de um texto, vamos manifestando a coerência à medida que realizamos o emprego dos elementos de coesão, isto é, a coerência e a coesão são as duas faces da mesma moeda; a primeira está presente na estrutura profunda, enquanto a segunda faz parte da estrutura superficial do texto, sendo, pois, difícil separá-las completamente uma da outra. Portanto, coerência e coesão são analisadas separadamente, mas sempre com a visão de conjunto, verificando o uso dos elementos linguísticos e a influência e importância de cada um para o estabelecimento da coerência e da coesão textuais.

No que se refere aos fatores pragmáticos de coerência – intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade –, vemos que esses elementos não poderiam ser analisados separadamente, tendo em vista que todos os alunos produziram os textos sob as mesmas condições, todos com a intenção de testar suas capacidades de manifestação da escrita, levando-se em conta que esses alunos têm algum conhecimento acerca dos professores que irão avaliar o seu texto.

No que se refere à intencionalidade, na análise dos textos dos alunos, definimos como suas intenções: a) medir sua capacidade de manifestação da escrita; b) empregar corretamente a variante padrão da língua; c) construir uma manifestação linguística capaz de defender um

ponto de vista com argumentos interessantes e convincentes.

A aceitabilidade nos textos dos alunos se resume na expectativa do professor em receber um texto escrito no qual possa perceber os seguintes aspectos: a) organização estrutural do texto; b) atendimento às características do tipo e do gênero pedidos; c) concatenação de ideias; d) argumentos convincentes e bem elaborados; e) coesão e coerência.

Com base nesses aspectos, o professor irá atribuir juízos de valor às produções dos alunos, manifestando-os através de um valor numérico que retratará a capacidade do aluno e seu nível de preparação para enfrentar o vestibular real.

Com relação à situacionalidade, a situação em que se deram as produções dos alunos foi a simulação de uma maratona de provas que retrata o contexto do vestibular. Nessa situação, o aluno se mostra um pouco ansioso em medir os seus conhecimentos e verificar o seu nível de preparo para enfrentar o vestibular real.

ANÁLISE DOS DADOS

As atividades de produção de texto em sala de aula devem ter como objetivo o desenvolvimento das capacidades dos alunos para a produção de textos escritos e formais que façam sentido numa dada situação social e que sejam suficientemente claros ao expressar/defender uma ideia com argumentos sólidos capazes de formar, informar e convencer o leitor.

No que se refere à coerência, percebe-se que os alunos se esforçam por usar um vocabulário “difícil” com o objetivo de tornar o texto mais interessante. Mas essa atitude leva a um efeito contrário, pois acaba incorrendo em problema de incompatibilidade léxico-semântica. Ou seja, ele tenta se expressar com palavras que não conhece e acaba por transmitir uma ideia que não é aquela pretendida por ele; consequentemente, fere a coerência do texto no que se refere à não contradição interna e externa.

Em muitos casos, os alunos se enclausuram em torno de uma afirmação e não conseguem dar continuidade às ideias apresentadas. Eles não conseguem retomar essas ideias no decorrer do texto e acrescentar novos comentários a respeito delas, fazendo o texto progredir.

Na análise dos textos verificamos que, no âmbito da coerência, 60% dos textos apresentam problemas quanto à condição de continuidade; em 90%, os alunos não conseguem retomar as ideias

apresentadas anteriormente, acrescentando-lhes novas informações com o objetivo de fazer o texto progredir; há contradições em relação ao mundo exterior ao texto e/ou às informações que o próprio autor faz dentro do texto em 90% das produções; e em todas as manifestações escritas, há infrações no estabelecimento de tese/argumentos, causa/consequência, fato/opinião, problema/solução, definição/exemplo etc. Na grande maioria dos casos, o autor faz uma afirmação sem nenhuma justificativa e/ou sem nenhum dado e/ou citação que comprove o que diz.

No que se refere à coesão, não é diferente. Os alunos apresentam infrações quanto ao foco discursivo – ora em primeira, ora em terceira pessoa; fazem retomadas de elementos que não estão presentes na estrutura textual; usam os indefinidos de modo a deixar a ideia vaga, impossibilitando o leitor de recuperar o sentido do texto; apresentam desvios de concordância entre os elementos retomados do decorrer do texto; esquecem de explicitar alguns complementos verbais e nominais; deixam ideias órfãs por não retomarem corretamente os elementos já citados no texto etc. Enfim, são muitos problemas que os alunos apresentam em suas manifestações linguísticas, mas que podem ser superados se trabalhados em sala de aula de forma sistemática pelo professor.

Em relação ao emprego dos recursos coesivos, verificamos que, dentro da condição de continuidade, os alunos cometem as seguintes infrações: em 80% dos textos há problemas na retomada de elementos textuais através do uso de pronomes anafóricos; na substituição por zero há infrações em 30% dos textos; em 60% dos textos há problemas na concordância do verbo com o sujeito elíptico; a recorrência lexical se apresenta desnecessária ou inadequada em 80% dos textos; a substituição lexical aparece inadequada em 30% dos textos. Quanto à determinação por artigo definido, não se encontrou nenhuma infração.

Em relação à condição de progressão, verificamos que os mecanismos de relação entre dado e novo são problemáticos em 80% dos textos. Isto é, o aluno não consegue apresentar ideias novas a respeito dos elementos/situações abordados apresentados no texto, ficando somente no óbvio; e na relação entre tópico e comentário, há infrações em todos os textos, porque o aluno consegue criar situações dentro do texto que são propícias ao acréscimo de comentários novos, de explicações, de exemplificações a respeito dos elementos abordados por ele, mas não o faz, prejudicando o andamento do texto e fazendo

com que este não progrida.

A condição de não contradição não apresentou nenhum problema quanto ao uso de tempos e modos verbais. No entanto, em 90% dos textos, o aluno utiliza palavras inadequadas para transmitir as ideias desejadas. Por desconhecer o verdadeiro significado de determinadas palavras, o autor acaba transmitindo uma ideia alheia àquela pretendida, incorrendo, assim em uma incompatibilidade léxico-semântica. E na última condição, relacionada ao uso dos elementos coesivos analisada, a articulação, há infração em todos os textos analisados.

Diante dessa situação, faz-se necessário um trabalho sistemático em sala de aula que realmente contribua para a superação dessas dificuldades apresentadas pelos alunos na produção de textos escritos. Algumas metodologias de produção de texto podem ser colocadas em prática durante o processo em sala de aula pelo professor, com o objetivo de levar os alunos a desenvolverem a capacidade de produção de texto. Ao propor uma atividade de produção em sala, é interessante que o professor leve um texto sobre a temática para ser lido em sala e discutido pelos alunos, de preferência em grupo, para em seguida, já tendo compreendido a temática a ser abordada, o aluno produza um texto, defendendo coerentemente uma ideia.

Como defende Antunes, o professor deve fazer da textualidade o objeto de ensino, assumindo-a como o princípio que manifesta e que regula as atividades de linguagem (ANTUNES, 2010. p. 30).

Uma outra sugestão para o trabalho com a produção de texto é que o professor coloque em prática, juntamente com os alunos, as etapas da produção de texto: a geração das ideias, a ordenação dessas ideias, a escritura, a revisão e a reescritura do texto. Dessa forma, o professor contribui para que os alunos possam se tornar leitores e revisores dos seus próprios textos, além de desenvolverem o hábito de ter mais cuidado durante o processo de produção. Isso contribuirá para que o aluno perceba a função do texto escrito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo. Parábola Editorial, 2010.

BRASIL/SEMTEC. PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002b.

FÁVERO, Leonor L. & KOCH, Ingedore G. V. Linguística Textual: Introdução.

São Paulo, Cortez, 1983.

GERALDI, João Wanderley (org.) O texto na sala de aula: leitura e produção. 2ª ed., Cascavel, ASSOESTE, 1985.

http://www.inep.gov.br/basica/saeb/matrizes/topicos_3serie_port.htm. Acessado em 10.01.2013.

<http://mediasenem.inep.gov.br/resultado.php>. Acessado em 10.01.2013.

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000300007&script=sci_arttext&](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000300007&script=sci_arttext&lng=pt)

lng=pt. Acessado em 10.01.2013.

KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. 7ª ed. São Paulo, Contexto, 1994.

_____. A coerência textual. 7ª ed. São Paulo, Contexto, 1994.

KOCH, Ingedore G. V. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 1997.

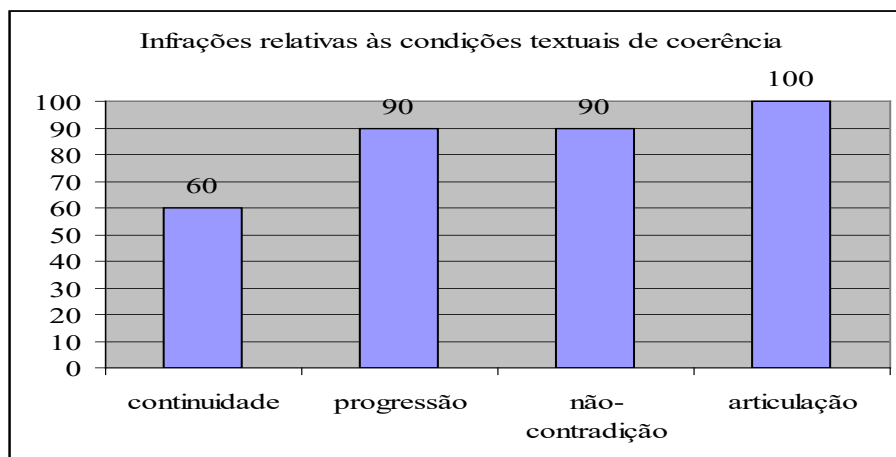
VAL, Maria da Graça Costa. Redação e Textualidade. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

Recebido em: 19/07/2016
Aceito em: 11/10/2016

ANEXO I

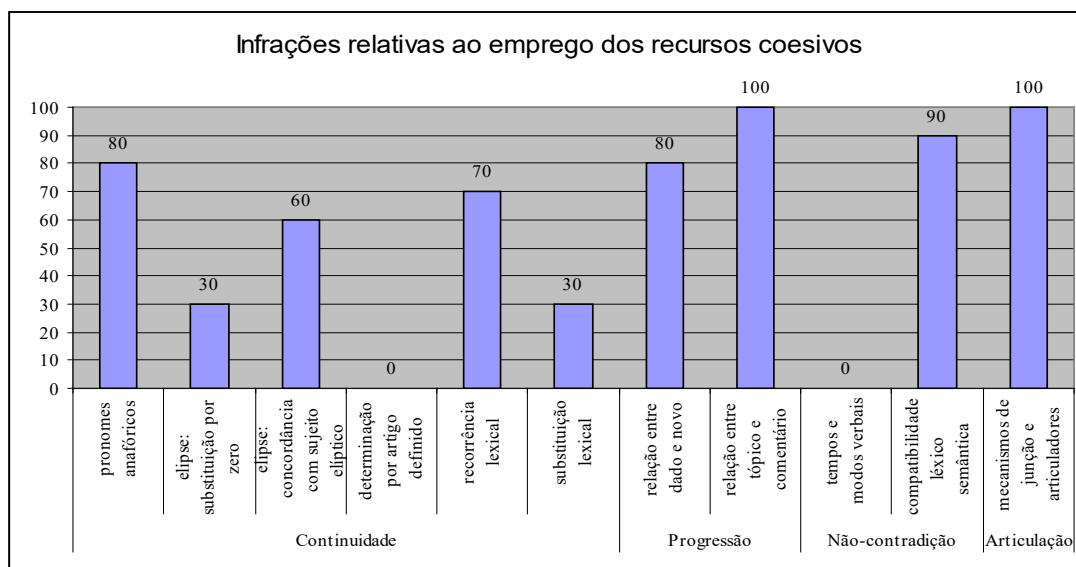
Gráficos demonstrativos das infrações textuais relativas às condições de coerência textual e ao uso dos mecanismos de coesão

Gráfico 1: Infrações relativas à coerência.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2: Infrações relativas à coesão.



Fonte: Elaboração própria.

ANEXO II

Análises dos textos dos alunos

TEXTO 1

Cidades: os dois lados.

Atualmente estamos vivendo dentro de um mundo globalizado aonde as cidades tem papel importante na formação e no convívio adequado das pessoas.

As cidades estão cada vez mais industrializadas e assim nos fornece rede de infra estrutura propício para população, como boa escolaridade para as crianças e jovens, sistema hospitalar, entre outras. Tudo isso é proporcionado para todos nós, por isso devemos saber cuidar muito bem dela.

Como existe a parte boa, também tem o lado ruim das cidades que é sofrido e vivido pela maioria da população que não dispõem da parte mais industrializada das cidades. A maioria da população, por não terem uma renda superior aos demais habitantes, vivem em favelas no subúrbio das cidades aonde o convívio é delimitado por falta de: rede de esgoto, saúde precária e baixa escolaridade são os principais motivos dessas pessoas viverem nessa situação

Os representantes políticos devem cuidar da cidade como um todo e não pela metade, porque favelas fazem parte das cidades e ali vivem seres humanos que necessitam de melhores oportunidades de viver.

O texto inicia com duas ideias colocadas lado a lado sem uma ligação entre elas: “o fato de vivermos em um mundo globalizado e a importância que as cidades exercem na formação e no convívio das pessoas”. Faltou um elemento entre essas duas ideias que fizesse a ligação entre elas. Há aí uma infração quanto à articulação das ideias apresentadas, ou seja, houve prejuízo quanto à coerência do texto.

O segundo parágrafo abandona as ideias colocadas no primeiro e introduz uma terceira: a industrialização e suas consequências para a sociedade. Nessa sequência é possível perceber uma infração quanto aos quesitos de continuidade e de progressão, pois não há a retomada das ideias apresentadas no parágrafo anterior e nem o aprofundamento

da exploração das mesmas.

O segundo parágrafo apresenta ainda a industrialização como causa da saúde e da educação de qualidade. E sabemos que saúde e educação de qualidade não são conseqüências da industrialização, ou seja, podemos ter uma cidade industrializada que apresenta elevados índices de poluição, como era o caso de Cubatão, no interior de São Paulo há algum tempo atrás. Quanto à educação de qualidade, esta se faz com políticas voltadas para este setor, não sendo, portanto, uma conseqüência da industrialização. Houve aí, portanto uma má articulação juntamente com uma infração do quesito informatividade, uma vez que o texto expõe ideias, mas não apresenta dados suficientes para a sua explicação/comprovação.

Ainda no segundo parágrafo, o autor fecha com a expressão “...devemos cuidar bem dela”. Dela quem? Temos aqui um pronome anafórico que não sabemos a que ou a quem se refere. Pela concordância, poderia remeter a “infra-estrutura” ou a “escolaridade”. Temos aqui mais um caso de infração textual, deste vez ferindo o quesito de coerência chamado de continuidade e de coesão com relação ao uso inadequado do pronome .

O terceiro parágrafo procura apresentar ao leitor a “face negra” da cidade, fazendo uma distinção entre “parte industrializada” como sendo a parte “boa” da cidade e a “parte não industrializada” como sendo a parte “ruim”. O autor afirma ainda que “o convívio é delimitado pela falta de: rede de esgoto, saúde precária e baixa escolaridade”. Aqui se percebe uma falha gritante quanto ao quesito de articulação e de não-contradição externa: de articulação por que o texto não apresenta elementos lingüísticos que relacionem as ideias organizadas de modo a garantir o bom entendimento por parte do leitor; e de contradição porque, da forma como estão colocados os elementos na frase, leva o leitor a entender que falta rede de esgoto, mas falta também saúde precária e baixa escolaridade, e afirma ainda que “...esses são os principais motivos de essas pessoas viverem nessa situação”, sendo que o termo situação é uma anáfora que não apresenta referente expresso no texto.

O último parágrafo deveria ser um parágrafo de fechamento, mas não há o que fechar, uma vez que as ideias apresentadas ficaram todas órfãs no decorrer da exposição. Esse parágrafo apresenta ainda o termo “cidade” no singular ferindo a concordância com as outras ocorrências desse termo no texto, e a ideia de que os políticos devem

cuidar da cidade como um todo. Os políticos devem cuidar, mas não só eles e sim todos os cidadãos que habitam e/ou visitam a cidade.

TEXTO 2

As cidades dentro da cidade

Se desejar morar em uma cidade, espere aparecer uma cidade, ou então algum dia você será dona de uma cidade de onde seja muito movimentada; então espere que as coisas vão mudar, queira, deseje que tudo dá certo.

Uma cidade luminosa, lumina a rua e as caçadas enfeitadas servi-me para enfeitar meus pés, e uma praça colorida dar-me lindeza. Assim são as cidades dentro da cidade. Que são lugares donde as pessoas discutem suas ideias.

As cidades são as rochas que desabam na chuva, são as montanhas, que são vistas as longas distância, e as aves que cantão, são as aves que sombreiam, é o barulho dos carros é o som da natureza. É tudo que se pensa e que de imagina. São as pessoas se comunicando, e o ar em movimento é o trabalho desejado, e a voz do mais alto, é o silêncio da noite, é o futuro que se espera. É a palavra do sargento é a fúria do detido é sempre a autoridade de quem manda.

E tudo aquilo desejado foi por água abaixo, nada realizado, o sonho das cidades dentro das cidades, nunca vou poder realizar esse desejo era o sonho de morar numa cidade.

Logo no primeiro parágrafo, o texto apresenta uma contradição ao mundo exterior quando diz que o leitor “deve esperar aparecer numa cidade ou ser dono de uma” como condição para morar em uma cidade. Nessa parte introdutória, o texto se assemelha mais a um conto de fadas do que a uma produção voltada para o vestibular. Além das ideias incoerentes, o autor lança mão de um vocabulário inadequado para se expressar, provocando, dessa forma, embaraço no entendimento por parte do leitor ao sugerir que este “queira e deseje” que será dono do que quiser, até mesmo de uma cidade inteira.

O segundo parágrafo apresenta mais um problema de coerência ao atribuir o adjetivo “luminosa” à cidade, quando até mesmo leitores pouco experientes sabem que a cidade não tem luz, ao contrário, ela é iluminada. Outra agressão à coerência vem da afirmação de que “a

cidade ilumina as ruas e a calçada e enfeita os pés do autor” por atribuir características inadequadas a “cidade” e a “calçada”. O parágrafo refere ainda que as cidades “são os lugares onde as pessoas discutem suas ideias”. Essa é uma afirmação óbvia tendo em vista que as pessoas discutem suas ideias na cidade ou em qualquer outro lugar onde elas se encontrem. Essa afirmação apresenta aqui uma falta de imprevisibilidade em que o leitor se surpreenda com o texto.

O terceiro parágrafo, além de apresentar uma série de incoerências ao afirmar que “as cidades são as rochas... as montanhas... as aves etc” confundindo o urbano com o rural, constitui uma contradição em relação ao parágrafo dois, em que o autor menciona elementos que constituem a cidade: praça, calçada. Os predicativos para o termo cidade seguem pelo parágrafo segundo em que há mais a descrição de um espaço rural do que de um urbano, além do que as ideias apresentadas não se relacionam com o tema proposto e não concorrem para a explicitação do que é essa “cidade dentro da cidade”.

O quarto parágrafo vem comprovar a visão de conto de fadas apresentado já no início do texto. O autor não consegue diferenciar a ficção da realidade e coloca elementos referentes a esses dois campos lado a lado. Parece que ele pretendia apresentar um sonho de alguém em morar em uma cidade, mas não articula as ideias coerentemente para isso. O texto foge ao tema proposto, apresenta ideias soltas, fica na superficialidade e não atrai o leitor que não consegue sequer estabelecer uma relação entre as ideias apresentada pelo produtor que não deixa claro o que quer com o seu discurso.

TEXTO 3

As cidades dentro da cidade

Com o êxodo rural as cidades passam a concentrar a maior parte da população, as grandes cidades, metrópoles, enfrentam problemas com a imigração regional, mas esse problema não é condicionado apenas pela transferência de pessoas pois também é resultado do nosso sistema político desde o nosso descobrimento.

São Paulo e Rio de Janeiro estão na eminência de se unirem e formar uma grande megacidade, e isso poderá não trazer benefícios para seus habitantes, mas aumentar o número de moradores de favela, fome e ainda distanciar ainda mais as classes sociais

As favelas, foram sendo construídas por aqueles que não tinham condições para habitar as regiões centrais das cidades então sua única opção era habitar morros, declives e estarem sujeitos a desmoronamentos, problema este que não está sendo resolvido apenas com projetos de habitações, e são neles onde se pratica a maior violência.

Esse problema é uma causa a ser pensada por todos, não apenas políticos, mas também todas as pessoas que deixam suas casas para habitarem as grandes cidades em busca de uma ascensão social.

O texto inicia com a afirmação de que a imigração nas grandes cidades está provocando problemas. São apresentados dois movimentos migratórios – o êxodo rural e a imigração regional. Há um problema de articulação na colocação dessas ideias tendo em vista que não há uma especificação acerca de qual dos dois movimentos está provocando os problemas, e não está claro se o autor quer mostrar o encharcamento de uma cidade ou de uma região, uma vez que ele fala primeiro da cidade grande e logo em seguida fala da imigração regional. Esse parágrafo se limita a dizer que imigração causa problemas e que o sistema político tem colaborado para isso, mas não especifica que problemas são esses e nem diz como o sistema político tem provocado a intensificação dos referidos problemas. O autor não consegue fazer progredir as ideias apresentadas no texto.

O parágrafo seguinte inicia com uma incompatibilidade léxico-semântica ao usar o termo “eminência” no lugar de “iminência”. A possibilidade de São Paulo e Rio tornarem-se uma mega-cidade é colocada no texto como uma provável causa do aumento das favelas e do distanciamento entre as classes sociais. Ao fazer essa afirmação, falta ao texto a suficiência de dados para fazer progredir o discurso. O segundo parágrafo não retoma as ideias do primeiro, dando continuidade e progressão às mesmas, antes abandona as ideias daquele parágrafo e apresenta outras neste, deixando-as mais uma vez sem a devida explicitação de como se dá essa relação de causa e efeito.

O terceiro parágrafo não dá continuidade às ideias discutidas anteriormente, antes aborda a construção das favelas, suas causas e quem o fez. A continuação do parágrafo traz a informação de que o problema está sendo resolvido com projetos de habitação, mas não mostra dados que comprovem essa ação, ou seja, limita-se a dizer que há projetos de habitação, mas não cita nenhum deles. Há ainda nesse parágrafo o termo “neles” que tem como referente “projetos

de habitação”. Fica confusa a referência porque o texto não deixa claro se a violência ocorre nos projetos, seja por desvios de verbas, por obras de péssima qualidade etc, ou se “neles” – usado em lugar de “onde” – remete a “morro”, sendo lá onde se pratica a violência. Pelo conhecimento de mundo que o leitor possui, é possível pensar em “morros” como sendo o referente, no entanto, pela concordância pode ser “morros”, “desmoronamentos”, que se poderia pensar na violência provocada pela natureza no soterramento das casas que ficam nas encostas, e também “projetos” pode ocupar o lugar de referente do termo. Há aqui um problema de coesão apresentado pelo texto que não deixa claro qual o referente retomado, afetando, conseqüentemente, a coerência do texto.

O quarto parágrafo inicia com o termo “esse problema” que mais uma vez provoca confusão quanto ao referente, tendo em vista que vários problemas foram citados anteriormente: êxodo rural, imigração, favelas, fome, estratificação social, desmoronamentos, violência. O texto afirma ainda que “esse problema é uma causa...”, ora, o problema deve ser uma conseqüência.

E o texto encerra com uma expressão que contradiz semanticamente todo o discurso uma vez que, se há a busca de ascensão social, é porque o sistema político e social permitem que isso aconteça, ou seja, isso denota que a economia do país está bem, inclusive possibilita essa ascensão das classes mais desfavorecidas, mas não é essa ideia que é defendida pelo autor anteriormente. E finalmente, o texto nos convida a pensar todos os problemas citados, mas não diz o que temos que fazer para solucionar, ou ajudar a solucionar esses problemas, nem como isso deve ser feito. Esse é um texto que custa muito ao leitor construir a sua coerência.